

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO FISCAL NACIONAL (CFN) UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL (UEB)

Data: 17 de março de 2026

Local: Curitiba - PR

Modalidade: Reunião presencial no Escritório Nacional da União dos Escoteiros do Brasil sito na Rua Coronel Dulcídio, 2107 - Bairro Água Verde, Curitiba - PR e virtual via Google Meet (<http://meet.google.com/usg-eynq-fgu>).

Aos 17 dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às 09h, no Escritório Nacional da União dos Escoteiros do Brasil, situado à Rua Coronel Dulcídio, n.º 2107, Bairro Água Verde, Curitiba – PR, CEP 80250-100, reuniu-se a Comissão Fiscal Nacional (CFN) para a realização de sua reunião ordinária, sob a presidência de Luiz Salgado Klaes, que declarou aberta a sessão, com cumprimentos aos presentes e registro da entrada de participantes na sala virtual. Estiveram presentes presencialmente Luiz Salgado Klaes (Presidente da CFN), Eduardo Evaldt Manique e Paulo Hiroshi Kishi (Membros Titulares da CFN), Ana Carla Nunes (Gerente Geral), Vitório Eduardo Catalano (Gerente Comercial), Ana Maria Alves de Farias (Gerente Administrativo-Financeiro Pleno), Débora Cristina Cintra (Contadora) e Vanessa Martins de Oliveira David (Secretária de Governança), participando remotamente o Diretor da área Administrativa-Financeira, Claucio da Silva Mendes. ANA CARLA destacou que o mês de março concentra diversas demandas institucionais críticas, como o fechamento contábil, cumprimento de obrigações fiscais, atendimento à auditoria e realização das assembleias regionais, o que torna o processo mais complexo e suscetível a atrasos. Ressaltou, inclusive, que esta foi uma das reuniões mais tardias da Comissão Fiscal para deliberação sobre o exercício, ocorrendo às vésperas da disponibilização das demonstrações contábeis aos delegados da Assembleia. Apontou, ainda, que o elevado volume de lançamentos contábeis, especialmente nas Regiões Escoteiras que não possuem estrutura profissional impacta diretamente a capacidade de entrega da área contábil, gerando sobrecarga operacional e aumentando o risco de atrasos nos processos, reforçando a necessidade, já prevista no planejamento estratégico, de revisão estrutural e busca por novas fontes de receita. Destacou, por fim, que o resultado deficitário observado no período reforça a necessidade de avanço em duas frentes estratégicas: a revisão da estrutura organizacional, com foco na eficiência operacional, e a diversificação das fontes de receita. Nesse contexto, foi ressaltado que a atual dependência das receitas provenientes do registro anual já não se mostra suficiente para atender às demandas operacionais e ao crescimento das atividades institucionais, evidenciando a necessidade de buscar novas fontes de receita, diretriz já estabelecida no planejamento estratégico da instituição. ANA CARLA enfatizou a importância de manter o equilíbrio entre receitas e despesas, considerando, sobretudo, o perfil da instituição como prestadora de serviços, com significativo impacto de custos trabalhistas. Adicionalmente, destacou-se que, embora o planejamento estratégico contemple a expansão da equipe, a atual realidade financeira exige cautela na realização de novas contratações, sendo imprescindível avaliar a capacidade de sustentação dessas medidas no médio e longo prazo. Por fim, observou-se que estratégias baseadas exclusivamente em editais e parcerias



pontuais não asseguram sustentabilidade institucional, reforçando a necessidade de desenvolvimento e consolidação de modelos de receita contínuos, previsíveis e escaláveis. Ana Maria Farias menciona projetos em andamento (Projeto Escotismo nas Escolas) como promissores, porém ainda em fase de maturação, com resultados mais consistentes esperados para exercícios futuros. Na sequência, foi realizada a exposição dos dados gerenciais referentes ao exercício de 2025 feito por Ana Maria; no que se refere às receitas, foi informado que, no período de janeiro a dezembro de 2025, houve uma redução de aproximadamente 18% na arrecadação total em relação ao previsto. Ana Maria destacou os seguintes pontos: Receitas operacionais (-6%): englobam taxas associativas e venda de credenciais, já líquidas dos repasses regionais. Observou-se queda significativa, especialmente nas taxas associativas (redução de 45%) e nas vendas de credenciais, que não repetiram o desempenho acima do esperado registrado em 2024, tendo uma variação de 6% nesta categoria. Área comercial: apresentou uma das maiores variações negativas, com realização significativamente inferior ao previsto (cerca de 61% de receita abaixo), impactando de forma relevante o resultado total. Área de crescimento: inclui receitas provenientes da venda de distintivos do Grupo Padrão e do Projeto de Escotismo nas Escolas. Este último não atingiu as expectativas no exercício, principalmente devido ao atraso na formalização de contratos, concentrados no segundo semestre. Paulo Kishi questiona se esse projeto acontece no Brasil todo, Ana Maria informa que inicialmente se originou na região norte e nordeste, mas agora já está ativo no Brasil todo. Métodos Educativos: registram receitas provenientes de atividades especiais e condecorações, também abaixo do previsto. Eventos: não atingiram o resultado esperado de 20 mil, especialmente em relação ao evento 15ª Aventura Nacional Sênior. Captação de recursos (-80%): houve frustração de receitas previstas, em razão da não concretização de patrocínios e parcerias. Receitas não operacionais (-11%): incluem rendimentos financeiros e patrocínio relacionado ao seguro escoteiro. **O total arrecadado no exercício foi de R\$6.349.080,00, valor significativamente inferior ao orçado (R\$7.704.730,00) sendo apontado como ponto crítico de atenção para o exercício seguinte.** Eduardo Manique questiona se esse resultado de rendimentos financeiros engloba somente a conta de capital de giro, desta forma os rendimentos das aplicações financeiras dos fundos não entram no relatório gerencial como receitas. ANA MARIA aborda como positivo seu questionamento. Em relação às despesas, Ana Maria registrou uma redução de aproximadamente 8% em relação ao previsto, resultado de medidas de contenção adotadas ao longo do ano, especialmente a partir do mês de junho, quando já se evidenciava o desempenho abaixo do esperado das receitas. Destacaram-se: Redução na execução de projetos inicialmente previstos; Limitação na redução de despesas operacionais e trabalhistas, devido à natureza das atividades; Aumento nas despesas com taxas internacionais, em função da variação cambial; Investimentos não previstos, incluindo aquisição de equipamentos e contratações necessárias para atender demandas operacionais. O resultado final do exercício apresentou déficit gerencial aproximado de R\$770 mil, já considerando ajustes identificados durante a consolidação das informações. Na análise dos Recursos em Caixa, Ana Maria apresentou os saldos distribuídos por fundos específicos, incluindo: Eventos (R\$2.773.227,54); Risco (R\$ 2.429.346,07); Obra (R\$1.130.709,97); Projeto FIA (R\$621.444,83); REFIS (R\$614.279,43); Fundo de Expansão (R\$595.797,03); Rescisões (R\$490.015,65); Formação (R\$196.315,90); Apoio ao Associado (R\$184.530,45);

Recursos Livres (R\$66.549,58) e Doações (R\$59.851,70). Ana Maria mencionou a possibilidade de utilização parcial de recursos de determinados fundos, especialmente do Fundo REFIS e de Expansão, para cobertura do déficit do exercício, proposta que será submetida à deliberação da Diretoria Executiva Nacional. Quanto ao fundo REFIS, Débora esclarece que está pendente apenas valor de ICMS do DF (cerca de 102 mil reais), corrigido mensalmente pela SELIC, que já está parcelado. Eduardo Manique questiona se, por conta da SELIC alta, não valeria a pena pagar antecipado, considerando que temos o valor em fundo próprio. Ana Maria e Débora esclarecem que já fizeram essa simulação e que o DF não abate o valor para quitação antecipada, sendo que se for pagar antecipadamente, ficaria em torno de 160 mil reais. Por conta disso, Ana Maria informa que é mais vantajoso manter os pagamentos mensais do parcelamento e receber os rendimentos no fundo. Na sequência, foi apresentada por Vitório Catalano o acompanhamento orçamentário de 2025 da área comercial (Loja Escoteira), destacando-se: Redução de aproximadamente 13% no faturamento total em relação ao previsto; Predominância do comércio eletrônico (e-commerce) como principal canal de vendas; Desempenho inferior das lojas físicas, com destaque para a unidade de Brasília; Crescimento do marketplace, iniciado no segundo semestre; Impacto da não realização e baixa performance de eventos no faturamento. Quanto às despesas da área comercial, observou-se redução global de 6%, ainda que algumas unidades tenham apresentado aumento pontual, em função de ajustes estruturais. Com isso, encerrou-se o ano com resultado gerencial de R\$ 1.055.861,76, 6% inferior ao previsto. Ana Carla esclareceu que os resultados apresentados são gerenciais e que, no caso da Loja Escoteira, Ana Maria acrescentou que o resultado apurado é anterior à distribuição, sendo posteriormente rateado entre nível nacional (50%), regiões (25%) e fundos da loja (25%). Dando continuidade aos trabalhos, Paulo Kishi levantou uma discussão sobre a possibilidade de expansão da atuação comercial da Loja Escoteira, incluindo a abertura de representações em outras localidades, sendo esclarecido por Ana Carla que eventuais iniciativas dessa natureza devem ser tratadas diretamente com a Direção Nacional, por meio da área comercial. Na sequência, Vitório apresentou a iniciativa da Loja Escoteira que é a produção nacional do Lenço de Gilwell, desenvolvida sob licenciamento internacional. Informou-se que o processo de desenvolvimento do tecido ocorreu integralmente no Brasil, com duração aproximada de oito meses, envolvendo diversas etapas de testes e validações até a aprovação final do material. Vitório destacou que os custos de importação e variação cambial nos últimos anos estavam tornando a venda do lenço sem margem de lucro, forçando uma elevação do preço de venda, de modo que com a produção nacional os custos são menores, viabilizando a manutenção do preço de venda atual. Ressaltou, ainda, que o produto apresenta qualidade elevada e que o investimento contemplou não apenas a produção, mas também desenvolvimento técnico e operacional. Foi informado que há estoque relevante já constituído, incluindo milhares de unidades e insumos, caracterizando capital imobilizado na operação da Loja Escoteira. Durante a discussão, Eduardo Manique apresentou sugestões voltadas ao incentivo de consumo, como o contato com associados com a concessão de benefícios ou descontos vinculados à progressão e vida escoteira (ex: desconto no arganel de Gilwell quando registrada no Paxtu a conclusão do Nível Intermediário e desconto no lenço de Gilwell quando registrada a conclusão do nível avançado), visando estimular a aquisição de produtos oficiais. Vitório também relatou a

ampliação das possibilidades de comercialização internacional, com atualização do contrato de licenciamento, que passou a permitir vendas para países da América Central e América do Sul, ampliando o escopo anteriormente restrito ao Mercosul. Informou-se, inclusive, que já foram realizadas vendas para a Argentina, considerando o encerramento das atividades da Loja Escoteira naquele país. Na sequência, foram debatidas estratégias para redução de custos e ampliação da competitividade, incluindo a necessidade de prospecção e homologação de fornecedores internacionais, com atenção a critérios éticos e de conformidade, conforme sugestão de Ana Carla. Vitório mencionou, ainda, a possibilidade de desenvolvimento de projetos para importação de produtos, como equipamentos e materiais escoteiros, aproveitando a habilitação institucional para operações de comércio exterior. Nesse contexto, Vitório informa que será sugerido para a diretoria nacional uma proposta para visita técnica a fornecedores, incluindo alternativas em países próximos, com vistas à redução de custos e fortalecimento da operação comercial. Prosseguindo, Luiz Klaes apresentou a possibilidade de desenvolvimento de novos produtos editoriais, incluindo a tradução e comercialização de obras históricas relacionadas ao escotismo, com potencial de geração de receita institucional. O Presidente da CFN ainda apresenta uma obra do autor Eileen Kirkpatrick Wade (*The Chief - The life story of Robert Baden-Powell*) como uma possibilidade comercial para esta iniciativa. Na sequência, retomaram-se pontos específicos da análise da Loja Escoteira, no qual Eduardo Manique solicita esclarecimentos sobre o estoque classificado como “invendável”. Foi informado que houve redução significativa desse saldo em razão da baixa contábil de itens sem perspectiva de comercialização (certificados antigos, por exemplo), especialmente materiais remanescentes de projetos anteriores, os quais passaram a ser destinados à doação. Permanecem apenas valores residuais, em processo de regularização. Eduardo Manique também solicita esclarecimentos quanto às despesas com frete, Vitório esclareceu que o valor registrado inclui tanto os custos operacionais da loja quanto os valores pagos pelos associados, sendo que a maior parte corresponde a fretes custeados diretamente pelos compradores. O restante refere-se a despesas logísticas institucionais, incluindo transferências e envios específicos. Eduardo Manique solicita que seja feito o levantamento do item “recuperação” que fica alocado na rubrica de outras receitas operacionais; Débora Cintra explica que os valores registrados na conta “recuperação de despesas”, alocada na rubrica de outras receitas operacionais, se referem a recuperação das despesas com os fretes sobre as vendas, porém essa informação não consta no relatório gerencial. Eduardo Manique solicita que seja feito o levantamento e repassado a CFN o valor relativo a valores recebidos a título de frete, e Ana Maria informa que será feito. Eduardo Manique solicitou também o encaminhamento das atas do Comitê Gestor da Loja Escoteira, sendo informado por Vitório que não houve reuniões formais no período de 2024 e parte de 2025. Esclareceu-se que o comitê foi reativado recentemente, com primeira reunião realizada em agosto de 2025 e reunião subsequente em janeiro de 2026, cuja ata encontra-se em fase final de formalização. Eduardo Manique ressaltou a importância da regularização das reuniões, conforme previsto em normativos, especialmente quanto à periodicidade mínima (trimestral), visto que, conforme relato do Vitório, o Comitê ficou quase dois anos sem reuniões. Ainda na questão financeira, Eduardo Manique levantou questionamentos sobre as taxas incidentes em operações com cartão de crédito, Ana Maria informou que os

contratos vigentes envolvem operadoras específicas, com necessidade de atualização das nomenclaturas nas escriturações contábeis, e ficou de enviar o contrato à CFN. No que se refere ao desempenho das unidades físicas, Eduardo Manique destacou que a loja de São Paulo foi a única a superar a receita prevista. Dito isso, Eduardo Manique sugeriu a realização de análise comparativa detalhada para identificar fatores de sucesso e possibilitar replicação em outras unidades. Em resposta, Vitório informa que o desempenho diferenciado da unidade de São Paulo decorre, principalmente, de sua localização estratégica, com fácil acesso e maior fluxo de público, além da diversificação de produtos, incluindo itens não diretamente vinculados ao Movimento Escoteiro. Foi relatado que a gestão vem adotando medidas para melhorar o desempenho das demais unidades, incluindo capacitação de equipes, ampliação do mix de produtos e ações de incentivo às vendas. Contudo, Vitório reconheceu que há uma tendência consolidada de migração do consumo para o comércio eletrônico. Nesse sentido, destacou o crescimento expressivo do e-commerce, que atualmente representa parcela majoritária das vendas, impulsionado por fatores como praticidade, promoções e políticas de frete, incluindo ações pontuais de frete gratuito que geraram aumento significativo no volume de pedidos. Vitório também informou que vêm sendo realizados investimentos contínuos na plataforma digital, com foco em desempenho e experiência do usuário, incluindo contratação de profissionais especializados para gestão do sistema. Eduardo Manique solicitou que, após o período de fechamento contábil, sejam encaminhadas análises detalhadas sobre o desempenho da área comercial, especialmente no que se refere às diferenças entre as filiais e canais de venda, a fim de subsidiar a tomada de decisão e mitigar impactos negativos nos resultados institucionais. Em relação às filiais, Ana Carla mencionou o caso da loja de Brasília, cuja rentabilidade é impactada por fatores como incidência de ICMS, localização não central e ausência de fluxo significativo de público. Recordou-se que, à época de sua criação, havia a intenção de estabelecer um centro de distribuição no Distrito Federal, em razão de sua posição geográfica estratégica, contudo, a ausência de benefícios fiscais inviabilizou a continuidade da proposta. Na sequência, discutiu-se o impacto do rateio dos custos da matriz sobre o resultado das lojas. Vitório informou que, em 2025, o rateio das despesas do Centro de Distribuição junto aos pontos de vendas físicos (PDVs) correspondia a 35%, sendo ajustado para 30% em 2026. Ressaltou, contudo, que a faixa considerada adequada para absorção desses custos pelas filiais situa-se entre 10% e 30%, o que indica a necessidade de revisão do modelo vigente, de forma a evitar a sobrecarga das operações dos PDVs. Sobre o rateio, Ana Carla destacou que o modelo vigente remete a 2017, quando a administração das lojas foi centralizada pela Nacional, em um contexto distinto do atual. Dessa forma, Eduardo Manique reforçou a necessidade de revisão e regulamentação formal do tema, pois atualmente não há resolução tratando do rateio. Vitório informou que o assunto será encaminhado ao Conselho de Administração Nacional (CAN), por meio do Grupo de Trabalho (GT) da Loja Escoteira recentemente instituído, com vistas à elaboração de resolução específica. Foi consenso que o percentual atualmente praticado ainda é elevado. Foi também sugerido por Eduardo Manique a escuta do Comitê Gestor da Loja, ressaltando a importância das reuniões trimestrais. Ana Carla informou que nova reunião deverá ser convocada em abril, bem como que o CAN instituiu dois Grupos de Trabalho: um voltado à área comercial e outro ao acompanhamento e análise

orçamentária do Escritório Nacional. O GT Comercial contará com a participação de membros da diretoria, do gerente comercial, Vitório, e da gerente de vendas, Jordana Calixto, visando ampliar sua atuação na gestão das lojas; já o GT Financeiro contará com a participação de Débora, Ana Carla, Ana Maria e Cláudio. Ana Carla ressaltou que, embora já existisse acompanhamento orçamentário, não havia anteriormente um grupo de trabalho específico voltado à análise aprofundada da gestão financeira, o que representa um avanço na governança. Recordou ainda que iniciativas semelhantes já haviam sido propostas em gestões anteriores, mas não tiveram continuidade. Eduardo Manique sugeriu o fortalecimento da integração entre os órgãos de governança, de modo a reunir diferentes perspectivas — estratégica e operacional — contribuindo para a construção de soluções mais eficazes. Destacou ainda a importância de concentrar esforços no crescimento institucional, evitando dispersões decorrentes de conflitos internos. Luis Klaes destaca que a CFN não foi consultada no processo do planejamento estratégico, o que seria de grande importância. Eduardo Manique reforça o apontamento de Klaes, pois a perspectiva da CFN é fundamental no que tange ao tema das finanças e do patrimônio institucional. Paulo Kishi questiona se a loja de SP possui produtos diferentes das demais lojas. Vitório esclarece que todas as lojas possuem os mesmos produtos, de acordo com o espaço físico de cada loja e de cada estoque. Vitório apresentou avanços na ampliação dos estoques regionais, com melhorias estruturais, especialmente nas lojas do Paraná e do Rio Grande do Sul. Destacou também a estratégia de diversificação de produtos, incluindo o lançamento de novos distintivos, chaveiros e itens comemorativos, visando aumentar o ticket médio de venda e atratividade, especialmente junto ao público jovem. Nesse contexto, Vitório fala sobre a importação de produtos sem marca para posterior customização com a identidade dos Escoteiros do Brasil, agregando valor e potencializando vendas. Mencionou, ainda, a viabilidade logística e fiscal de importações via Paraguai, em razão de sua proximidade geográfica e condições tributárias mais favoráveis, tema já discutido em reuniões passadas, mas ainda não implementado. Encerradas as discussões sobre o tema da Loja Escoteira, passou-se à análise dos relatórios da Auditoria Externa. Ana Maria informou que o relatório referente ao exercício de 2025 foi recebido sem ressalvas, indicando regularidade nas demonstrações financeiras. Houve, contudo, ênfase quanto à questão do CEBAS, cujo processo permanece em trâmite judicial, com valores ainda contingenciados, sendo considerada remota a reversão no cenário atual. Eduardo Manique aborda sobre a LC 224/2025 que altera a legislação sobre benefícios fiscais e tributários. Débora informa que saiu uma Instrução Normativa da RFB que manteve a situação da tributação como era antes da LC 224/2025, mas que o EN está acompanhando o tema. Luiz Klaes questionou se a UEB tem o registro de patrimônio histórico material, no qual Débora informa que a instituição não possui esse registro; Ana Maria informa que analisará detalhadamente essa iniciativa; Débora também acrescenta a possibilidade do enquadramento legal da UEB como OSCIP; Ana Carla acrescenta ainda que este tema estará no novo planejamento estratégico, que inclusive envolverá a alteração do Estatuto da instituição. No que se refere ao resultado consolidado, Débora informou que, apesar de desafios enfrentados e do déficit na matriz, **o exercício foi encerrado com superávit consolidado de R\$1.147.281**, impulsionado, entre outros fatores, por resultados positivos de algumas regiões, como o Rio de Janeiro, que conta com receitas específicas, a exemplo de

repasses vinculados ao Estádio do Maracanã. Débora também mencionou eventos relevantes que impactaram o resultado, como reversões de provisões judiciais nas regiões do Rio de Janeiro e Distrito Federal, ambas reclassificadas como de risco remoto, contribuindo positivamente para o resultado. Por outro lado, Débora destacou o reconhecimento de passivo na região do Maranhão, referente a dívida de IPTU (R\$186.408,00), já devidamente provisionada, Ana Carla acrescenta que esta demanda está sob análise da área jurídica. Adicionalmente, Débora registrou a venda de imóvel pela região do Rio Grande do Sul que não constava no ativo contábil, com impacto positivo no resultado consolidado. Dando continuidade à reunião, Débora apresentou a análise sobre os prazos e fluxos do processo contábil, destacando as dificuldades recorrentes no cumprimento dos prazos por parte das regiões. Informou que poucas regiões têm conseguido enviar a documentação dentro do prazo estabelecido (até o décimo dia do mês subsequente), o que compromete o cronograma de fechamento contábil, previsto em até 30 dias após o recebimento completo da documentação. Ressaltou, ainda, que, além dos atrasos, há problemas relacionados à qualidade das informações enviadas, gerando retrabalho e dificultando a correta classificação contábil, especialmente nos casos em que há utilização de recursos sem a devida prestação de contas. Na sequência, deu-se continuidade à análise dos processos contábeis, sendo destacado que os atrasos no envio de documentação pelas regiões geram efeito cumulativo, dificultando o cumprimento dos prazos de fechamento contábil. À medida que os documentos são recebidos fora do prazo, ocorre acúmulo de competências, comprometendo o tempo disponível para análise, elaboração e envio dos balancetes para aprovação. Débora apresentou uma análise comparativa das regiões com maiores índices de atraso, destacando a Região do Rio Grande do Norte, com atraso médio significativo (143 dias), tendo, em determinados momentos, acumulado o envio de até sete meses de documentação. Registrou que, em situações recentes, houve necessidade de reiteradas cobranças para viabilizar o envio da documentação, a qual foi encaminhada em prazo extremamente reduzido em relação à realização da Assembleia Regional, comprometendo a adequada análise das contas. Ana Carla informou que estão sendo adotadas medidas para mitigação do problema, incluindo a implementação de projeto piloto de centralização de atividades financeiras no nível nacional, inicialmente abrangendo as regiões do Piauí, Rondônia e Rio Grande do Norte. Ana Maria registrou que há resistência por parte de algumas regiões quanto à concessão de acessos necessários para operacionalização do modelo, sendo que Piauí ainda não aderiu à proposta, enquanto Rio Grande do Norte já se encontra em processo de formalização. Nesse contexto, Eduardo Manique questionou a viabilidade de atuação das Comissões Fiscais Regionais diante de prazos tão exíguos, considerando que, em alguns casos, a documentação foi disponibilizada poucos dias antes das assembleias. Ana Carla destacou, ainda, que, embora algumas regiões possuam menor volume de movimentação financeira, outras apresentam grande volume documental, com centenas de páginas, dificultando ainda mais o processo de análise. Diante desse cenário, Eduardo Manique sugeriu a elaboração de um relatório detalhado dos atrasos para apresentação na Assembleia Nacional, com o objetivo de evidenciar o problema como gargalo institucional e sensibilizar as regiões quanto à necessidade de cumprimento dos prazos estabelecidos, encaminhamento aprovado pelos demais membros. Em contraponto aos atrasos, Débora destacou o exemplo da

Região Escoteira de Santa Catarina, apontada como referência no cumprimento de prazos e qualidade das informações, em razão da adoção de processos organizados e utilização adequada de sistemas financeiros, com registro contínuo das operações ao longo do mês, evitando acúmulo de pendências. Débora ressaltou que, além do atraso, a baixa qualidade da documentação encaminhada constitui fator relevante de retrabalho, uma vez que frequentemente são enviados documentos incompletos ou insuficientes para a adequada classificação contábil. Em alguns casos, as regiões priorizam o envio parcial apenas para cumprimento formal de prazo, sem a devida consistência das informações. Foi enfatizada a necessidade de conscientização das regiões quanto à importância do envio tempestivo e qualificado das informações. Eduardo Manique destacou que o prazo de dez dias após o encerramento do mês é considerado suficiente quando há organização prévia das atividades financeiras. Débora apontou, ainda, a sobrecarga da equipe contábil, que, diante dos atrasos e retrabalhos, tem acumulado horas extras significativas, inclusive com atuação em finais de semana e períodos noturnos, o que eleva o risco de falhas operacionais. Foi também destacado por Ana Maria que, durante o período de auditoria, há redução da capacidade operacional da equipe contábil, uma vez que parte significativa do tempo é dedicada ao atendimento das demandas dos auditores, o que impacta diretamente o andamento dos fechamentos mensais. Na sequência, Débora apresentou análise consolidada do cumprimento dos prazos de fechamento contábil ao longo do exercício. Verificou-se que, em diversos meses, a maioria das regiões teve seus balancetes entregues fora do prazo de 30 dias contados a partir do recebimento da documentação. Observou-se que o melhor desempenho ocorreu na competência de junho, período em que houve maior disponibilidade de tempo para regularização das pendências, especialmente em função da preparação para auditoria semestral. Contudo, após esse período, houve nova deterioração dos prazos, em razão da retomada dos atrasos e da necessidade de priorização das demandas relacionadas às Assembleias Regionais. Destacou-se que, no encerramento do exercício, o cumprimento dos prazos torna-se crítico, em razão das exigências legais e estatutárias, incluindo Auditoria Externa, análise pelas comissões fiscais e realização das assembleias. Foi enfatizado que, em função da proximidade das Assembleias Regionais, a equipe contábil frequentemente prioriza o atendimento dessas demandas, mesmo quando a documentação é recebida com atraso significativo, o que implica a postergação de outras atividades, como análises mais aprofundadas da matriz e das lojas. Diante desse cenário, foi reiterada a importância da revisão do calendário institucional, especialmente no que se refere às datas das assembleias, como medida para ampliar o prazo disponível para fechamento contábil, auditoria e análise pelos órgãos competentes, garantindo maior qualidade e segurança das informações. Ana Maria registrou, ainda, a manifestação de insatisfação generalizada quanto à limitação de tempo para análise das demonstrações financeiras, tanto por parte da Auditoria Externa quanto das comissões fiscais, sendo relatado que o prazo atualmente praticado é insuficiente frente ao volume e complexidade das informações. Na sequência, foram prestados esclarecimentos quanto aos critérios de apuração dos indicadores apresentados, destacando-se a diferença entre análise por data de corte e análise por competência, o que gerou dúvidas por parte do membro titular da Comissão Fiscal Nacional, Eduardo Manique. Débora esclareceu que, embora em determinado momento tenha sido possível regularizar a demanda acumulada, isso não elimina o histórico

de atrasos no processamento individual das competências. Foi reconhecido, portanto, por Débora que há gargalos tanto no envio das informações pelas regiões quanto na capacidade operacional da contabilidade diante do volume acumulado, sendo ambos fatores interdependentes. Adicionalmente, Luiz Klaes sugeriu a realização de comunicação institucional na Assembleia Nacional, com o objetivo de conscientizar as regiões sobre os impactos dos atrasos e a necessidade de colaboração para o adequado funcionamento do sistema contábil. Débora apresentou inconsistência identificada nas demonstrações financeiras, relacionada à parametrização do sistema contábil, na qual despesas vinculadas à atividade “Aventura Sênior” estavam sendo classificadas indevidamente como despesas administrativas, em vez de despesas de eventos. Informou-se que o ajuste já foi realizado nas demonstrações contábeis consolidadas, bem como com detalhamento nas notas explicativas. Como encaminhamento, deliberou-se pela disponibilização, em ambiente compartilhado (drive), de planilha detalhada contendo as datas de recebimento e de envio dos balancetes por região, permitindo acompanhamento contínuo e maior transparência do processo. Luiz Klaes relatou caso envolvendo disputa judicial referente a área ocupada por campo escoteiro, com registro de avanços no processo, incluindo regularização parcial de encargos como fornecimento de água, permanecendo pendências relacionadas à energia elétrica. No que se refere à situação envolvendo disputas territoriais e interlocuções institucionais, Eduardo Manique destacou que a questão possui natureza predominantemente política, embora também haja desdobramentos na esfera judicial, conforme mencionado por Ana Carla. Eduardo Manique apontou a necessidade de articulação com diferentes atores, incluindo comunidades envolvidas, órgãos governamentais e entidades como o INCRA e o Ministério dos Povos Indígenas, reforçando a importância de diálogo contínuo e construção de soluções negociadas. Ana Carla informou que já ocorreram reuniões com representantes governamentais, havendo perspectiva de novos encontros para tentativa de encaminhamento consensual. Paralelamente, Luiz Klaes comenta sobre a estrutura vinculada a Universidade Federal de Santa Catarina localizada no antigo Centro de Formação da CELESC, composta por pavilhões com alojamento, salas de aula e cozinha, com potencial para sediar atividades institucionais, inclusive assembleias futuras; Luiz Klaes aguarda a visita da Presidente da Região de Santa Catarina para tratar dessa demanda. Eduardo Manique ressaltou a importância da manutenção de relações institucionais estratégicas para a viabilização de oportunidades dessa natureza. Na sequência, passou-se à análise da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) comparativa da matriz. Débora esclareceu que houve reclassificação contábil de despesas anteriormente registradas como administrativas, especialmente aquelas relacionadas a eventos de grande porte, como a Aventura Sênior, que passaram a ser corretamente alocadas na rubrica de atividades e eventos. Tal ajuste impactou a comparação entre os períodos, sendo informado que aproximadamente R\$1,2 milhão foi reclassificado. Débora menciona também valores menores relacionados ao evento Jamboree da Polônia. Débora informou que o material comparativo foi encaminhado para apreciação e será disponibilizado no drive, com vistas à transparência e análise pelos membros. Ao analisar o resultado da DRE da UEB-Matriz, Débora destacou que o **exercício de 2025 apresentou déficit na ordem de R\$1.051.703,09**, em contraste com o superávit observado em 2024. Entre os fatores explicativos, apontou-se a ausência, em 2025,



de receitas relevantes provenientes de grandes eventos como o Jamboree Nacional, realizado no ano anterior, bem como o desempenho deficitário da Aventura Sênior, estimado em cerca de R\$258 mil. Referente às despesas trabalhistas e encargos sociais, Eduardo Manique identificou aumento expressivo em relação ao exercício anterior, na ordem de 29%. Ana Maria esclareceu que esse aumento decorre, principalmente, da contratação de novos profissionais para atendimento de demandas institucionais, incluindo quatro designers e três analistas de TI. Parte desses custos está associada a receitas específicas dos projetos (cerca de 10 a 15%), embora nem todos estivessem previstos originalmente no orçamento. Eduardo Manique sugeriu a elaboração de notas explicativas detalhadas, a fim de evidenciar as variações entre os exercícios de 2024 e 2025, especialmente no que se refere à composição das despesas trabalhistas e suas respectivas origens. Débora informou que será apresentado à CFN explicação desdobrada deste aumento de um ano para o outro. Quanto à análise fiscal, Eduardo Manique informou que possui três ressalvas com relação às contas. Iniciou destacando preocupação com o déficit apresentado pela matriz, ressaltando o impacto direto sobre o patrimônio institucional, que sofreu redução. Lembra que o Estatuto Social da UEB prevê que cabe à CFN a análise e emissão de parecer das contas do nível nacional. Foi enfatizado que, embora o resultado consolidado apresente números positivos, o desempenho da matriz exige atenção, uma vez que pode comprometer a sustentabilidade financeira no longo prazo. Eduardo Manique solicita ainda posicionamento da Diretoria Executiva Nacional quanto à interpretação do resultado deficitário, considerando a necessidade de transparência na gestão de recursos associativos e de definição de estratégias para mitigação de riscos futuros. Em resposta, Ana Carla destacou que o principal fator para o resultado negativo do período foi a frustração de receitas previstas, especialmente nas áreas de captação e operações comerciais. Complementarmente Ana Maria ressaltou que as despesas fixas, majoritariamente administrativas e trabalhistas, mantiveram-se no patamar previsto ao longo do exercício, não sendo passíveis de redução significativa, por se tratarem de custos fixos e operacionais essenciais à manutenção das atividades institucionais. Ana Carla informou ainda que houve esforços de contenção de despesas ao longo do exercício, incluindo cortes realizados a partir de setembro, embora tais medidas não tenham sido suficientes para compensar a queda significativa de receitas, particularmente no mês de dezembro. Ana Carla destacou que o total das despesas mensais previstas gira em torno de R\$800 mil, refletindo a estrutura necessária à manutenção das atividades institucionais, o que reforça a necessidade de fortalecimento e ampliação das fontes de receita. Eduardo Manique informa que é fundamental a revisão dessa situação. Diz que sempre defendeu a profissionalização da gestão do escotismo em âmbito nacional, porém é necessário que a estrutura financeira da instituição dê conta dessa despesa, o que atualmente não temos, conforme identificado nas demonstrações contábeis da Matriz. Destacando, assim, a importância dessa análise de gestão, apresentando à CFN uma interpretação desse resultado deficitário e as estratégias para reversão do quadro. Foram apontadas estratégias em andamento, como o incremento das operações da loja escoteira, ampliação de marketplace e diversificação de produtos com maior margem de rentabilidade. Ressaltou que a redução da margem de lucro em itens institucionais da loja decorre de decisão estratégica, o que impactou diretamente a rentabilidade, exigindo compensação por meio de novos canais e públicos

consumidores. Eduardo Manique destaca a necessidade de que esses tópicos sejam discutidos pela gestão com o CAN. Como segunda ressalva, no que se refere à Aventura Sênior, Eduardo Manique reiterou preocupação com o resultado deficitário do evento, especialmente considerando o número reduzido de participantes em relação ao total de associados; foi levantada a necessidade de revisão do modelo de planejamento e execução de atividades nacionais, incluindo a possibilidade de estabelecimento de diretrizes normativas que assegurem equilíbrio financeiro, preferencialmente com geração de superávit ou, no mínimo, resultado neutro. Destaca que o déficit de cerca de 260 mil reais em um evento que apenas um seleto grupo de associados consegue participar, significa na prática a oneração dos demais associados, a grande maioria, que não participam desses eventos, mas acaba saindo valor do caixa geral da instituição para suportar o prejuízo. Ainda nesse contexto, Eduardo Manique sugeriu que os custos indiretos, como o tempo de dedicação de profissionais no planejamento e organização destes grandes eventos, sejam considerados na composição orçamentária dos eventos, de modo a refletir de forma mais fiel o custo real das atividades. Discutiu-se a evolução das receitas institucionais, incluindo a taxa associativa, no qual Ana Carla destacou que, historicamente, houve períodos sem correção inflacionária necessária, o que impacta negativamente a capacidade de geração de receita. Também foi apontado que o crescimento do número de associados permanece abaixo dos níveis pré-pandemia, registrando percentual reduzido (cerca de 1%), o que limita a expansão das receitas recorrentes. Prosseguindo com a reunião, Eduardo Manique levanta uma discussão sobre o crescimento do número de associados nas Regiões Escoteiras, sendo mencionado que Santa Catarina apresentou crescimento de aproximadamente 4%, enquanto o Rio Grande do Sul registrou cerca de 2%, que são percentuais muito aquém dos resultados pré-pandemia. Destaca que é fundamental buscar o melhoramento destes percentuais, impactando positivamente nas finanças da instituição sem aumento de taxas. Na sequência, houve uma discussão acerca das isenções de taxa associativa. Foi apontado que o percentual atual de isentos gira em torno de 10%, representando impacto financeiro significativo, estimado em aproximadamente R\$900 mil anuais. Houve manifestação no sentido de que a política de isenção deve ser mantida, porém com maior rigor na verificação dos critérios de elegibilidade, garantindo que o benefício seja concedido exclusivamente a quem efetivamente se enquadra nos requisitos. Eduardo Manique sugeriu a adoção de mecanismos automatizados de validação, com utilização de bases de dados governamentais, como programas sociais, a exemplo do Bolsa Família, a fim de conferir maior confiabilidade e eficiência ao processo. Também foi destacada a importância de tal controle para fins de transparência institucional, inclusive para utilização em relatórios e captação de recursos. Em seguida, como terceira ressalva, Eduardo Manique tratou da aquisição de passagens aéreas. Foi observado o descumprimento da Resolução DEN 03/23 - Normas de Viagem, que estabelece antecedência mínima de 15 dias para compra, com registro de casos em que passagens foram adquiridas com prazo inferior, resultando em custos significativamente mais elevados. Foi citado exemplo concreto na compra das passagens aéreas para uma reunião da DEN no início de agosto de 2025 com antecedência de uma semana, em que os valores pagos foram substancialmente superiores à média praticada, evidenciando potencial prejuízo financeiro. Em resposta, Ana Carla reconheceu a necessidade de observância

rigorosa da norma vigente, sendo informado que já estão sendo adotadas medidas internas para reforçar o cumprimento dos prazos, incluindo definição prévia de datas-limite e melhor planejamento das demandas. Também foi mencionada a volatilidade dos preços de passagens aéreas, embora tenha sido destacado que tal fator, isoladamente, não justifica as discrepâncias observadas. Na sequência, Ana Maria mencionou casos específicos relacionados a deslocamentos para atividades institucionais, especialmente no contexto de projetos educacionais e parcerias, cujas despesas foram devidamente alocadas nos respectivos centros de custo dos projetos envolvidos. Como encaminhamentos e sugestões, Eduardo Manique propõe a realização de reunião entre a Comissão Fiscal Nacional e a Diretoria Executiva Nacional, com o objetivo de aprofundar o diálogo e alinhar entendimentos, sugestão aprovada pelos demais membros. Avaliou-se a possibilidade de realização presencial ou virtual, considerando a agenda institucional. Adicionalmente, foi sugerida maior integração entre os órgãos de governança, incluindo o Conselho de Administração Nacional (CAN), com vistas ao fortalecimento da comunicação institucional e ao alinhamento estratégico. Propôs, ainda, que o parecer da Comissão Fiscal Nacional seja acompanhado de relatório complementar contendo recomendações, de forma a ampliar a transparência e subsidiar a tomada de decisão pela Assembleia. Outro ponto relevante levantado por Eduardo Manique foi a necessidade de definição de fluxos e prazos para envio, análise e resposta de documentos financeiros. Foi destacado que a ausência de cronograma estruturado tem gerado sobrecarga para todas as partes envolvidas, prejudicando a qualidade das análises. Nesse sentido, Eduardo Manique sugeriu o estabelecimento de prazo padrão para envio das informações até o dia 10 do mês subsequente ao do fechamento, com exceções para o início do exercício e período de planejamento orçamentário (setembro e outubro), bem como prazo aproximado de 15 dias para análise pela Comissão Fiscal Nacional. Ressaltou-se que a adoção desse fluxo permitirá maior organização e efetividade no processo de acompanhamento financeiro e especialmente de orientação financeira e patrimonial, que também é papel estatutário da CFN. Foi igualmente destacada a necessidade de sensibilização das Regiões quanto ao cumprimento de prazos, sendo sugerida por Eduardo Manique a criação de rede de articulação entre as Comissões Fiscais Regionais, com realização de reuniões periódicas para alinhamento e fortalecimento das práticas de governança. Quanto ao operacional, foram relatados desafios relacionados à sobrecarga de trabalho das equipes técnicas, especialmente nas áreas financeira e contábil, incluindo dificuldades na retenção e capacitação de profissionais, em razão do volume de demandas e prazos exíguos. Ressaltou-se a importância de equilíbrio entre produtividade e qualidade de vida das equipes, em consonância com os valores institucionais. Nesse fluxo, ficou pré-acordada a reunião da CFN relativa ao 1º semestre de 2026 em 09 de outubro de 2026. Em complemento, Eduardo Manique sugeriu a elaboração de notas explicativas, ainda que em formato gerencial, especialmente para matriz e operações comerciais, com o objetivo de facilitar a interpretação dos resultados financeiros, sobretudo em análises semestrais ou anuais. Eduardo Manique reforçou a importância da transparência institucional, incluindo a publicação dos balancetes contábeis, conforme compromisso assumido pela DEN na Assembleia, garantindo acesso à informação por parte dos associados. Os encaminhamentos foram aprovados pela CFN. Dando continuidade à reunião, foi destacada a necessidade de

finalização do parecer da Comissão Fiscal Nacional, considerando o prazo para envio à publicação e apresentação na Assembleia. Foi discutida a estrutura do material a ser apresentado, diferenciando-se o parecer formal da Comissão Fiscal e o relatório mais detalhado contendo recomendações. Nesse contexto, ficou alinhado que o parecer deverá conter a manifestação objetiva quanto à aprovação ou não das contas, enquanto o relatório complementar apresentará, de forma mais ampla, as análises, justificativas e recomendações elaboradas pela Comissão ao longo do período. Ressaltou-se que tal relatório será apresentado na Assembleia e registrado em ata, garantindo transparência e acesso às informações pelos associados. Na sequência, foi retomado o debate acerca da possibilidade de aprovação das contas com ressalvas. Foram apresentados entendimentos divergentes entre os membros.

Eduardo Manique defendeu que determinados pontos identificados — o déficit financeiro e contábil da Matriz, o déficit financeiro da atividade “Aventura Sênior” e o descumprimento do prazo mínimo para aquisição de passagens aéreas — configurariam ressalvas relevantes ao parecer, justificando uma aprovação com ressalvas. Luis Klaes se posiciona em outro sentido, entendendo que as ressalvas devem constar no relatório a ser enviado aos órgãos de governança (CAN e DEN), e apresentado na Assembleia Nacional. Reforçou o entendimento de que o parecer formal deve manter objetividade quanto à aprovação das contas. Paulo Kishi concorda com Klaes, de modo que as ressalvas deste ano sejam incluídas no relatório de recomendações ao CAN, DEN e Assembleia e o parecer seja apenas como aprovação das contas, e que se acompanhe o andamento desses apontamentos para o próximo ano. Luis Klaes ressaltou que, mesmo quando não há retorno formal ou implementação integral das recomendações, a Comissão cumpre seu papel ao registrar e encaminhar tais apontamentos. Também destacou que tradicionalmente as recomendações da Comissão Fiscal são encaminhadas aos órgãos de governança, como o Conselho de Administração Nacional (CAN) e a Diretoria Executiva Nacional (DEN), cabendo a estes a adoção das providências cabíveis, sendo que historicamente os pareceres são de aprovação ou reprovação. Durante a discussão, Eduardo Manique destacou que a inclusão de ressalvas no parecer pode servir como mecanismo de alerta institucional, especialmente em casos de reincidência de práticas inadequadas, contribuindo para maior responsabilização e acompanhamento dos pontos críticos identificados. Opinou que os três pontos de ressalvas são significativos e substanciais, e que conforme Estatuto, a Assembleia aprova as contas mediante parecer da CFN, entendendo ser um compromisso associativo da CFN destacar tais pontos. Argumentou que as recomendações são pontos de melhorias para o futuro, que não comprometem a aprovação das contas, enquanto os três pontos apresentados como ressalvas são relativos ao passado, ao período analisado, que merecem destaque na aprovação. Ana Carla opina que os apontamentos elencados não se configuram como ressalvas de natureza contábil, mas sim como recomendações relacionadas à gestão administrativa e financeira. Nesse entendimento, o parecer da Comissão Fiscal deve se limitar à aprovação ou não das contas sob o ponto de vista técnico-contábil, enquanto as observações sobre qualidade do gasto, cumprimento de normas internas e sustentabilidade financeira devem constar no relatório de recomendações. Eduardo Manique enfatiza que o papel da auditoria independente difere do papel da Comissão Fiscal, sendo a primeira voltada à conformidade das demonstrações contábeis, enquanto a Comissão Fiscal possui atribuição mais

ampla, incluindo a análise da gestão e dos atos administrativos. Eduardo Manique argumentou que entende que, ao a CFN identificar pontos relevantes como os apontados, a mera aprovação sem ressalvas seria uma omissão de fatos relevantes à Assembleia, órgão competente para aprovação das contas. Ana Carla argumentou que não haverá omissão, pois as ressalvas serão apresentadas à Assembleia através do relatório da CFN. Luis Klaes cita de exemplo em outros exercícios que houve problema no cumprimento de prazos e entregas de informações financeiras por algumas regiões, e que tal situação foi incluída no relatório. Eduardo Manique reforça que concorda que essa situação tenha sido incluída no relatório de recomendações, pois é relativa ao nível regional, sendo que a competência estatutária da CFN é a análise e emissão de parecer sobre as contas do nível nacional. Luis Klaes e Paulo Kishi reafirmam que o parecer deve ser de aprovação, e que os apontamentos, com os quais concordam, sejam incluídos no relatório da CFN. Cláudio Mendes faz uma reflexão ainda quanto à necessidade de maior integração entre os diferentes níveis da instituição, considerando que, na prática, a organização é percebida como uma, argumentando que as contas das regiões poderiam ser inseridas no parecer da CFN. Tal ponto foi apresentado como elemento para reflexão futura, inclusive para possíveis aprimoramentos estatutários. Eduardo Manique reforçou a distinção entre competências, destacando que a Comissão Fiscal Nacional tem atribuição estatutária para analisar as contas do nível nacional, enquanto as Regiões Escoteiras possuem suas próprias instâncias de fiscalização. Nesse sentido, embora exista uma visão institucional integrada, a análise detalhada das contas regionais não compete diretamente à Comissão Fiscal Nacional. Luiz Klaes propõe solicitação de espaço em reuniões de instâncias estratégicas da instituição, como o Conselho de Administração Nacional, com o objetivo de apresentar os principais pontos do relatório e fortalecer o alinhamento institucional. Eduardo Manique ressaltou a importância de formalização dessa solicitação junto ao CAN. Na sequência, foi reforçado o entendimento de que os apontamentos identificados pela Comissão Fiscal devem ser devidamente registrados no relatório de recomendações, não impedindo a aprovação das contas no exercício analisado. Também foi enfatizada a importância de acompanhamento desses pontos em exercícios futuros, especialmente em casos de reincidência, quando poderão ensejar medidas mais rigorosas. Por fim, foi reiterado que, apesar das divergências quanto à forma de apresentação no parecer, houve consenso de que os pontos levantados não configuram impedimento para aprovação das contas, sendo considerados relevantes para aprimoramento da gestão. Ficou consignado que a decisão final seguirá o entendimento da maioria, respeitando o voto divergente, o qual está devidamente registrado nesta ata. Por conseguinte, **com base no relatório de Auditoria Independente, nas análises procedidas e nos esclarecimentos prestados pela Administração, a Comissão Fiscal Nacional opina favoravelmente ao encaminhamento e aprovação pela Assembleia Nacional da União dos Escoteiros do Brasil das contas e o balanço anual do nível nacional da UEB, salientando-se o voto divergente de aprovação com as três ressalvas mencionadas pelo membro titular Eduardo Manique.** Foi abordada a organização das próximas reuniões da Comissão Fiscal, com indicação de interesse do Presidente Luiz Klaes em dar continuidade em seu cargo, sendo aprovada a sua indicação para presidente por unanimidade. Eduardo Manique se disponibilizou para a elaboração do relatório, juntamente com a equipe do EN. Por fim, foram registradas

manifestações informais entre os participantes, evidenciando o ambiente colaborativo da reunião, bem como a disposição dos membros em contribuir continuamente para o fortalecimento da governança institucional. A reunião foi encerrada às 12h48min.

Eduardo Evaldt Manique

**Membro Titular da
Comissão Fiscal
Nacional**

Paulo Hiroshi Kishi

**Membro Titular da
Comissão Fiscal
Nacional**

Luiz Salgado Klaes

**Presidente da Comissão
Fiscal Nacional**



Use o QR Code ao lado, ou copie e cole a URL abaixo no seu browser para verificar a validade das assinaturas deste documento:

https://app.lexio.legal/lexio_sign/chechar_assinatura?code=1ba9184e128a3d0f61d7b46209699192aa9dd823cdc22cd485c38c4fa9b082b44fef5262d048212b957c198e69d2d324318c4ad53b7408fc9c1842a64642cc47314a17f82fff

Documento assinado com o método de criptografia SHA 256

Assinaturas

Luiz Salgado Klaes

l.klaes@ufsc.br

CPF: 14552477900

IP: 2801:84:1:1178:81a2:f2f5:bd92:b9b7

Assinou como parte em:

14/04/2026 17:35:25

Luiz Klaes

Assinatura

Eduardo Evaldt Manique

eduardo.manique@escoteiros.org.br

CPF: 03423773022

IP: 143.202.109.199

Assinou como parte em:

15/04/2026 15:12:39

Assinatura

Paulo Hiroshi Kishi

paulo.kishi@escoteiros.org.br

CPF: 03232798802

IP: 2804:214:9901:9bc6:3009:9ca7:c9e6:f9ad

Assinou como parte em:

15/04/2026 17:44:39

Paulo Kishi

Assinatura